



Handwritten signatures in blue ink.

Ata nº. 4/2024

Ata da quarta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Sapataria, realizada no dia 10 de dezembro de 2024

Aos dez dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Sapataria, nas instalações da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas, sob a presidência de Pedro Lourenço Penela Feliciano e secretariada pelo primeiro e segundo secretários, Fernando José Dinis Rodrigues Santos e Sofia da Conceição Alexandre Reis, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Apreciação e votação da ata da reunião de dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro; -----

Ponto dois – Apreciação e votação da Segunda Revisão Orçamental do ano de dois mil e vinte e quatro; -----

Ponto três – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e cinco; -----

Ponto quatro – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e cinco; -----

Ponto cinco – Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – alínea d) do número um, do artigo sexto, da lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo décimo segundo, do decreto-lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação dada pelo decreto-lei número noventa e nove barra dois mil e quinze, de dois de junho; -----

Ponto seis – Apreciação e discussão da informação escrita da senhora Presidente da Junta, acerca da atividade e situação financeira da Freguesia; -----

Ponto sete – Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

Estavam presentes os seguintes membros: Pedro Lourenço Penela Feliciano, Fernando José Dinis Rodrigues Santos, Rafael Esteves Feliciano e Sofia da Conceição Alexandre Reis, do Movimento Independente – MOVE-TE pela Freguesia; Luís Manuel Lopes Santos, José Miguel Mendes Pina e Hugo Daniel Miranda Faustino, da Coligação Democrática Unitária; André de Jesus Lourenço, do Partido Socialista e Lília Patrícia dos Santos Avelar, da Coligação Juntos pela Nossa Terra. -----

Encontravam-se também presentes a Presidente, a Secretária e o Tesoureiro da Junta de Freguesia, Cláudia Sofia Mota dos Santos, Ana Clara Carlos Ferreira Francisco e Hugo Fernando Esteves Carago, respetivamente. -----

O senhor Presidente da Assembleia, começou por dar as boas-vindas a todos os presentes e agradeceu à Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas, na pessoa do senhor João Miguel, presente no público, pela disponibilidade na cedência do espaço para a realização desta sessão da Assembleia de Freguesia, bem como a presença das colaboradoras da Junta, na redação da ata da presente sessão, bem como na elaboração dos documentos que serão colocados a votação. -----

Justificação de faltas. -----

O membro Fernando Santos leu os pedidos de justificação de falta dos membros: Mónica de Jesus Mota dos Santos Camilo, que não pôde estar presente por motivos pessoais, e pediu substituição por Hugo Faustino; Ana Catarina Oliveira França, que não pôde estar presente por motivos pessoais, e pediu substituição por Fernando Jorge Coelho Santos, que por sua vez não pôde estar presente, e pediu substituição por Sofia da Conceição Alexandre Reis. -----



2
R.
P
A

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

Período antes da ordem do dia. -----

De seguida, e antes de dar início à ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia perguntou se existiam moções ou votos de louvor para serem apresentados. -----

O membro José Pina pediu para ler um voto de louvor que a seguir se transcreve: -----

“VOTO DE LOUVOR

Aniversário do Clube Recreativo de Sapataria

No passado dia 1 de dezembro, o Clube Recreativo de Sapataria comemorou o seu 56.º aniversário. A celebração foi marcada por momentos de partilha e convívio.

Considerando a importância do Clube Recreativo de Sapataria na vida cultural e social da freguesia, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Sapataria apresentam o presente voto de louvor.

Moitelas, 10 de dezembro de 2024

Luís Santos

José Pina

Hugo Faustino”

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro tinha alguma consideração a fazer, pelo que o voto de louvor apresentado foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

O membro Luís Santos pediu para ler um voto de louvor que a seguir se transcreve: -----

“VOTO DE LOUVOR

Aniversário do Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro

No passado sábado, dia 30 de novembro, o Centro Desportivo e Recreativo de Pero Negro (CDRPN) celebrou o seu 95.º aniversário, uma longa história com um grande impacto na comunidade e no concelho através da promoção da cultura e do desporto.

A celebração foi marcada por momentos de partilha e convívio.

Considerando a importância do Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro na vida cultural e social da freguesia, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Sapataria apresentam o presente voto de louvor.

Moitelas, 10 de dezembro de 2024

Luís Santos

José Pina

Hugo Faustino”

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro tinha alguma consideração a fazer, pelo que o voto de louvor apresentado foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

O membro Luís Santos pediu para ler um voto de pesar que a seguir se transcreve: -----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ÁLVARO PIPA CORREIA

No passado dia 1 de dezembro, faleceu Álvaro Pipa Correia, com 89 anos.

Natural e residente no concelho de Sobral de Monte Agraço, Álvaro Pipa marcou a vida do concelho pelo seu papel ativo na construção do Poder Local Democrático, tendo sido, durante 27 anos, Presidente da Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço entre 1983 e 2009 e Presidente da Assembleia de Freguesia de Sobral de Monte Agraço entre 1980-1983 e 2009-2013. Por inerência do Cargo de Presidente de Junta foi eleito na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço entre 1983 e 2009.

Fez parte dos órgãos sociais de diversas Associações e Coletividades, nomeadamente no Monte Agraço Futebol Clube e na Associação de Reformados de Sobral de Monte Agraço.

A Assembleia de Freguesia da Sapataria, reunida na sua sessão ordinária de 10 de dezembro de 2024, delibera:

- Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Pipa Correia;



P
P
S

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

- *Enviar à sua família as mais sentidas condolências neste momento de perda;*
- *Respeitar um minuto de silêncio na presente sessão do órgão.*

Moitelas, 10 de dezembro de 2024

Luís Santos

José Pina

Hugo Faustino”

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro tinha alguma consideração a fazer, pelo que o voto de pesar apresentado foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. Acrescentou que o minuto de silêncio seria cumprido antes de proceder ao início da ordem do dia. -----

O membro Rafael Feliciano pediu para ler um voto de louvor que a seguir se transcreve: -----

“VOTO DE LOUVOR

Nos 100 anos do nascimento de Mário Soares

De todos aqueles que passaram pela cena política portuguesa desde a revolução do 25 de Abril de 1974 e no processo de consolidação da democracia em Portugal, Mário Soares, entretanto falecido em 2017 e que faria cem anos no passado dia 7 de dezembro de 2024 foi, sem dúvida, um dos mais notáveis. Foi uma das mais destacadas figuras de oposição ao regime do Estado Novo, tendo sido várias vezes preso, deportado e exilado. Fundador e primeiro secretário-geral do Partido Socialista, bateu-se pela transição para uma democracia pluralista em Portugal. Foi primeiro-ministro por três mandatos (1976-1979, 1983-1985) e Presidente da República em dois (1986-1996). Foi igualmente um dos obreiros da adesão do país à então Comunidade Económica Europeia (CEE), antecessora da União Europeia, que se concretizou a 1 de janeiro de 1986.

O “Movimento Independente MOVE-TE pela Freguesia” propõe o envio de um voto de louvor à Fundação Mário Soares e Maria Barroso que tem como principal missão a promoção do seu legado cívico e democrático.

10 de dezembro de 2024

os eleitos do “Movimento Independente MOVE-TE pela Freguesia”.”

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro tinha alguma consideração a fazer, pelo que o voto de louvor apresentado foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

A membro Sofia Reis pediu para ler um voto de louvor que a seguir se transcreve: -----

“VOTO DE LOUVOR

Pela colaboração em rastreios de saúde à população

Nos passados dias 29 de setembro, 13 de outubro e 24 de novembro de 2024 realizaram-se rastreios de saúde à população na Silveira, Serreira e em São Martinho, respetivamente. O “Movimento Independente MOVE-TE pela Freguesia” agradece o apoio da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Silveira, da União Cultural Recreativa e Desportiva de Serreira e também da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Casais de São Martinho na disponibilização do espaço logístico para a sua realização e propõe-se o envio de um voto de louvor às três coletividades.

10 de dezembro de 2024

os eleitos do “Movimento Independente MOVE-TE pela Freguesia”.”

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro tinha alguma consideração a fazer, pelo que o voto de louvor apresentado foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. De seguida, perguntou se existiam mais moções para serem apresentadas, e ao não existirem mais moções, foi feito um minuto de silêncio em memória de Álvaro Pipa Correia. Cumprido o minuto de silêncio o senhor Presidente da Assembleia iniciou o primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

Apreciação e votação da ata da reunião de dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'D', 'A', 'B', and 'C'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O senhor Presidente da Assembleia questionou os membros se tinham alguma sugestão de alteração à ata da sessão anterior. Como não existiram sugestões de alteração, a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Apreciação e votação da Segunda Revisão Orçamental do ano de dois mil e vinte e quatro -----

O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao tesoureiro da Junta que começou por cumprimentar todos os presentes e explicou que esta revisão orçamental, resultou da necessidade de acerto de algumas rubricas na área da receita, nas quais os valores superam ligeiramente o que estava previsto inicialmente. -----

O membro André Lourenço disse que existiu um aumento da despesa na rubrica de materiais de educação. O tesoureiro da Junta explicou que seria para compensar a receita, uma vez que teria de existir essa vertente também na despesa e uma das rubricas escolhidas foi a referente à educação, mas disse que poderiam ser outras. -----

Não existindo mais questões sobre este ponto, o senhor Presidente da Assembleia colocou a Segunda Revisão Orçamental do ano de dois mil e vinte e quatro a votação, sendo aprovada por maioria, com três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária. De seguida, o senhor Presidente da Assembleia passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. -----

Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e cinco ----

Foi dada a palavra ao tesoureiro da Junta, onde começou a dizer que a documentação enviada ilustra, para já, o que está previsto em termos de orçamento, salientando que o valor global do orçamento para dois mil e vinte e cinco será de cerca de duzentos e treze mil euros. Referiu que grande parte da receita advém do Estado, não sendo exclusivamente do Estado central, onde a verba que resulta da aprovação do Orçamento de Estado para o próximo, será de mais doze mil oitocentos e vinte e quatro euros face a dois mil e vinte e quatro, correspondendo a um aumento de catorze por cento, sendo esta a principal fonte de receita da autarquia. Continuou dizendo que, na sequência da assinatura do contrato Interadministrativo no início do mandato, entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, também está contemplada a verba correspondente a esse documento, sendo de cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis euros, acrescentou dizendo que, atualmente, essa verba é transferida pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e não pelo Município. Ressalvou que a soma destas duas receitas, corresponde a um valor de cento e sessenta e um mil euros, sensivelmente. Continuou com outras receitas dignas de registo, como por exemplo, o aluguer de espaços, referindo que não é só do contrato com os Correios de Portugal (CTT), como também do espaço para a prática do karaté. Também falou da rubrica do centro de emprego (IEFP), esclarecendo que, quando são colocados funcionários ao abrigo de protocolos, a Junta de Freguesia paga o vencimento na totalidade, sendo a autarquia reembolsada de uma parte do valor despendido. Do lado da despesa, disse que a despesa corrente representa noventa por cento do orçamento, referindo que um dos grandes componentes são os custos com pessoal, onde as despesas foram calculadas de acordo com o mapa de pessoal atual, sendo contemplando a contratação de um colaborador para a rua e um colaborador para a secretaria, e o outro componente corresponde à aquisição de bens e serviços. Neste sector, estão diversas rubricas nomeadamente, tudo o que acomoda despesas referentes ao cemitério, escolas, bem como todas as que são inerentes ao funcionamento dos serviços. Esclareceu que existe uma rubrica denominada de "outros", onde estão refletidos os custos com a contratação de empresa para aplicação de monda química na Freguesia, bem como outros serviços que poderão ser necessários. Ainda nas despesas correntes, nomeadamente nas transferências correntes, está contemplada verba para as diversas instituições sem fins lucrativos (Comunidade Vida e Paz, coletividades, associações do concelho, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, Escuteiros, entre outras), que durante o ano



Handwritten initials in blue ink, possibly 'P', 'B', and 'J'.

solicitam apoio monetário para as diversas iniciativas. O tesoureiro da Junta aproveitou para esclarecer o porquê de na rubrica referente ao Orçamento Participativo, estar inscrita uma verba de vinte e quatro mil euros. Disse que o valor do Orçamento Participativo do corrente ano foi de doze mil euros e infelizmente, o projeto que ficou em primeiro lugar não irá estar pronto antes do dia trinta e um de dezembro, esclarecendo que se está dependente da localização do muro, bem como da questão da propriedade, esperando que no início do ano, estas questões estejam resolvidas, o que invalida a conclusão das obras ainda no decorrer deste ano. Afirmou que na elaboração teve de ficar contemplado as verbas dos dois anos civis, sendo que o valor para o Orçamento Participativo para o ano de dois mil e vinte e cinco será igual ao atual, ou seja, doze mil euros, esperando que até setembro todos os projetos estejam concluídos. Acrescentou conforme explicado em sessões anteriores que não seria por aumentar mais mil ou dois mil euros à verba para o Orçamento Participativo que tal não seria realizado, mas alertou que não poderia ser aumentada a complexidade das obras pois a autarquia não dispõe de estrutura que permita esse tipo de análises específicas, nomeadamente pareceres e outros conhecimentos técnicos que poderiam obrigar a encargos mais elevados. De seguida, falou sobre as despesas de capital, estando previstas despesas num total de vinte e três mil duzentos e cinco euros, em que a rubrica que foi colocado o valor mais elevado corresponde a “Parques e Jardins” e de acordo com o falado em reuniões anteriores, assumiu ser compromisso da autarquia realizar uma intervenção profunda no Parque Infantil de São Martinho, apesar de em ambas as edições do Orçamento Participativo terem surgido projetos para o espaço, referindo que o valor inscrito nessa rubrica se encontra muito perto do valor total da intervenção, estando previsto o seu arranque no início de dois mil e vinte e cinco. Continuou explicando que na rubrica de “instalações desportivas e recreativas” encontra-se inscrita uma verba de dois mil e oitocentos euros, referente à intervenção prevista para o ringue polidesportivo situado junto à sede da Junta de Freguesia, quer com a colocação dos postes de iluminação adquiridos há cerca de três anos, quer com uma intervenção no próprio espaço do ringue. Salientou que existem rubricas que se encontram apenas com um euro inscrito, contudo as mesmas serão alvo de reforço de verba na reunião de abril, aquando da apresentação das contas deste ano civil. Terminou dizendo que deste modo foram apresentadas as rubricas que comportam, na sua maioria, a verba de duzentos e treze mil euros de despesa, sendo para já o valor que está orçamentado. Aproveitou para falar da lacuna existente na falta de trabalhadores ao abrigo da delegação de competências, situação essa que não tem sido fácil de solucionar, bem como a colocação de um colaborador ao abrigo do IEF, pois desde julho não existe ninguém colocado, uma vez que a pessoa que tinha sido atribuída em outubro, teve problemas graves de saúde o que levou à sua saída e ainda não foi preenchida essa vaga. De seguida disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

O membro Rafael Feliciano disse ter duas questões relativas ao Parque Infantil de São Martinho. Na primeira questão e referindo-se à requalificação profunda prevista pelo executivo para aquele local, perguntou se já se sabia da localização de modo a se iniciar o projeto de requalificação do espaço e a segunda dizia respeito aos projetos apresentados no âmbito do Orçamento Participativo, dizendo que o tesoureiro da Junta referiu anteriormente, que o valor que se encontra cabimentado para o ano de dois mil e vinte e cinco é semelhante ao apresentado nas propostas, e se, o que o executivo planeia fazer será uma requalificação de acordo com o que foi apresentado no Orçamento Participativo ou um projeto diferente. Também questionou se, com as obras da linha do Oeste, se irá existir uma passagem pedonal para o outro lado da via, ou se a população terá de dar a volta. -----

Respondendo ao membro, o tesoureiro da Junta disse que, mediante os valores que existem disponíveis, fazer uma requalificação que permita ter mais alguns equipamentos. Disse que tem sido diligenciado junto das empresas os pedidos de orçamentos, qual as possibilidades de serem colocados mais alguns equipamentos. Disse que, em princípio, não irá ser utilizado qualquer projeto do Orçamento



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

Participativo, irão sim, tentar melhorar o que foi apresentado e eventualmente encarecer um bocadinho determinados valores, apesar de ainda não ter existido tempo para renegociar qualquer dos orçamentos recebidos. Quanto ao espaço disse que será no mesmo local, apesar de terem existido contatos com o Município sobre a hipótese de ser recolocado na Rua do Bairro Novo, mas referiu que até ao presente momento ainda não tinha sido dada qualquer resposta. Em relação à passagem pedonal, disse que autarquia nunca foi tida nem achada durante a realização das obras da linha do Oeste, não tendo qualquer intervenção. -----

A senhora Presidente da Junta e respondendo ao membro Rafael Feliciano, disse que a remodelação do Parque Infantil de São Martinho se irá basear no que foi feito no Parque Infantil de Pero Negro, ou seja, além do espaço para as crianças, existir um espaço para adultos e se tornar um local intergeracional. Uma vez que o pó resultante das obras da linha do Oeste já diminuiu, a localização será a mesma, referindo que o parque se encontra instalado na Rua do Parque Infantil, e se o mesmo fosse retirado daquele local, a rua perderia o sentido do nome. -----

O tesoureiro da Junta perguntou ao senhor vereador Luís Soares, que se encontrava presente no público, se poderia ajudar nos esclarecimentos na questão da passagem de peões no apeadeiro de São Martinho. O senhor vereador esclareceu que está prevista uma reconversão da passagem de nível para uma passagem pedonal, deixando de existir a travessia de veículos automóveis. -----

O membro André Lourenço disse que a maior parte das dúvidas que tinha já haviam sido esclarecidas na apresentação, no entanto, perguntou em que rubrica se encontra o valor que está previsto gastar com a empresa Pedro Malhão, lda, e questionou sobre os produtos utilizados na monda química, se eram pagos à parte. -----

Respondendo às questões do membro, o tesoureiro da Junta disse que, a despesa com a empresa Pedro Malhão, está explanada na rubrica de “outros trabalhos especializados”, sendo este o principal fornecedor incluído nesta rubrica, mas que também existem outros fornecedores, cujos serviços são aqui registados. Acrescentou que, no serviço de aplicação da monda química, o executivo encontra-se contente com o serviço prestado pelo fornecedor, e espera que, entretanto, o serviço de corte de ervas se resolva. Também disse que, os produtos usados na monda química são da empresa, e já estão incluídos no que a autarquia paga pelo serviço. -----

O membro André Lourenço, e na sequência do falado anteriormente, disse que na receita e no valor inscrito na rubrica de transferência de competências ao abrigo da lei cinquenta barra dois mil e dezoito, o valor colocado, corresponde ao que foi acordado na altura da assinatura do contrato Interadministrativo. Ou seja, a receita permanece igual, mas existe uma despesa acrescida de dez mil euros, onde, se existissem os três funcionários que seriam colocados ao abrigo do documento mencionado, o valor dessa despesa iria diminuir, pois esta é uma despesa que tem de se estar a pagar externa, e existe sempre um valor que não é mensurável, mas existe essa despesa acrescida, devido a não estar a ser cumprido o contrato Interadministrativo na sua plenitude, sendo só cumprido a transferência da verba. -----

O tesoureiro da Junta disse que se os funcionários que se encontram em falta estivessem colocados, veriam reduzida parte da despesa, nomeadamente no corte de ervas. Esta situação não iria acontecer na aplicação de monda química, pois existem normas que têm de ser cumpridas, logo teriam de recorrer a empresas externas à autarquia. -----

O senhor Presidente da Assembleia interveio dizendo que, para bem da exatidão, no contrato Interadministrativo, encontra-se mencionado “funcionários” no plural e não o número de funcionários. -



R
R
R

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

Sobre a rubrica do Orçamento Participativo e a inscrição do valor de vinte e quatro mil euros, o membro Hugo Faustino, perguntou se nessa rubrica não poderia ter sido colocado a verba de doze mil euros e mais tarde, ser reforçada com a verba que não foi gasta em dois mil e vinte e quatro. -----

O tesoureiro da Junta respondeu que isso não poderia ser feito, uma vez que o valor de doze mil euros referentes a dois mil e vinte e quatro tinham de estar garantidos para ser pago, ou seja, tinha de estar orçamentado no início do ano, e juntamente com esse valor, ficou colocado o valor para dois mil e vinte e cinco, pois, se o orçamento for aprovado o executivo quer avançar com o Orçamento Participativo no início de dois mil e vinte e cinco. -----

O membro Hugo Faustino, e em relação ao projeto apresentado para o Parque Infantil de São Martinho, perguntou se irá ser feita uma obra melhor do que o que foi apresentado no Orçamento Participativo. -----

O tesoureiro da Junta esclareceu que os projetos apresentados no âmbito do Orçamento Participativo, tanto de dois mil e vinte e três, como de dois mil e vinte e quatro, serviram apenas de referência para a requalificação que o Executivo prevê levar por diante em dois mil e vinte e cinco. -----

No âmbito da educação, o tesoureiro da Junta informou que, em outubro, tinha sido acordado entre as três juntas do Concelho, aumentar a dotação para as escolas referente a material de limpeza, em cerca de treze por cento. Ou seja, a verba anteriormente disponibilizada por sala era de oitenta euros por cada período, e, desde que os respetivos orçamentos para dois mil e vinte e cinco sejam aprovados, a verba passará a ser de noventa euros, estando já contemplado no documento em discussão. -----

O membro Rafael Feliciano quis ressaltar uma questão respeitante ao parque infantil de São Martinho, pois em assembleias de Freguesia anteriores o executivo assumiu o compromisso de avançar com a remodelação daquele espaço e deixou uma ressalva de que é importante ouvir as pretensões dos fregueses. Crê que o orçamento participativo é muito importante e permite implementar grandes obras que podem ser feitas na freguesia, e consegue perceber a pertinência do tema dos parques infantis, apesar de não ter sido o projeto que ficou em segundo lugar. Na sua opinião, o executivo deveria de olhar para o projeto que ficou em segundo lugar - os degraus da capela da Moita -, pois é importante ouvir o escrutínio da população, nomeadamente a sua elevada votação. -----

O tesoureiro da Junta disse que a questão dos degraus não se encontra esquecida, que é algo a ponderar para dois mil e vinte e cinco, não na plenitude do projeto apresentado, pois compreendia, não só a retirada dos degraus, como o lajeamento do espaço da capela. -----

A senhora Presidente da Junta referiu que os parques infantis são da competência da Junta de Freguesia e atualmente o parque infantil de São Martinho encontra-se encerrado por falta de condições, logo, é uma prioridade. -----

O tesoureiro da Junta agradeceu às funcionárias e falou do estatuto de direito de oposição, sendo que desde o início deste mandato sempre foi cumprido. Foi enviado a todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, a sete de outubro, um email a solicitar sugestões para o orçamento que se encontra em análise, e foi dado prazo de resposta de um mês, reforçado com contacto telefónico no limite deste prazo, para os líderes das diferentes forças partidárias. Informou que a Coligação Juntos pelo Sobral respondeu dentro do prazo; o Partido Socialista respondeu fora do prazo; e a Coligação Democrática Unitária não respondeu. -----

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se alguém tinha mais alguma questão. Ninguém se pronunciou. -----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e cinco, no valor de duzentos e treze mil e quarenta e seis euros e quatro cêntimos foram postas à votação, sendo aprovadas por maioria, com três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária. -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'RFS'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O membro José Pina pediu para ler uma declaração de voto, de modo a esclarecer os fregueses sobre a intenção de voto, que a seguir se transcreve: -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ORÇAMENTO 2025

Este será o último orçamento deste mandato marcando uma continuidade em relação aos anteriores, sem que se vejam grandes alterações ou mudanças de rumo. O que foi feito ou ainda será, será julgado pelos eleitores no final do mandato. Enquanto oposição, não fomos obstáculo mesmo quando discordámos e divergimos da gestão do MOVE-TE.

A abstenção dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Sapataria ao Orçamento apresentado significa que entendemos que o executivo deve ter o seu orçamento para liderar a Junta, mas as opções que ele tem e a sua execução é diferente da que foi e seria com a gestão da CDU.

Moitelas, 10 de dezembro de 2024

Luís Santos

José Pina

Hugo Faustino”

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia passou para o próximo ponto da ordem de trabalhos. -----

Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e cinco -----

A senhora Presidente da Junta começou por dizer em relação ao mapa apresentado que o mesmo prevê a abertura de um posto de trabalho a termo resolutivo de um funcionário para a rua, de modo a suprir os problemas que têm existido ao longo dos últimos tempos, mantendo os restantes lugares. -----

O membro Rafael Feliciano perguntou se seria possível fazer uma análise temporal de como é que tem sido o quadro de efetivos que a Junta de Freguesia teve disponível em dois mil e vinte e quatro, pois acha ser importante que fique claro as condições em que a Junta de Freguesia trabalhou durante este ano e clarificar a importância que o voluntariado tem, nos dias de hoje, na Freguesia de Sapataria. -----

A senhora Presidente da Junta disse que, tirando os serviços prestados pela empresa Pedro Malhão, os trabalhos que irá apresentar no decorrer desta sessão foi feito por voluntários. Também informou que, desde a aprovação desta alteração no mapa de pessoal e até ser contratado alguém, pelo menos, demora seis meses. Disse que, em dois mil e vinte e cinco irão se realizar as eleições para as autarquias locais, de modo que este executivo acabará por não usufruir muito da nova contratação, pois até lá tudo indica que haja alguma morosidade. Acrescentou que neste mês de dezembro faria um ano que a Junta de Freguesia estaria sem qualquer trabalhador colocado ao abrigo do contrato Interadministrativo, mas tal não chegou a acontecer pois no passado dia dois de dezembro foi colocado um funcionário ao abrigo deste contrato. Referiu que até ao passado mês de julho, houve um colaborador, o senhor Vítor Camilo, que estava colocado na Junta de Freguesia através da medida Contrato Emprego-Inserção mais (CEI+), tendo terminado a medida no mês mencionado. Dado que para se celebrar novo contrato com este trabalhador, dentro dos mesmos moldes, ter-se-ia de aguardar noventa dias, foi feita nova candidatura ao IEFP que foi aceite e começou a ser nosso colaborador o senhor Ricardo Campos, que já havia prestado serviço no cemitério paroquial, que, entretanto, teve um problema muito grave de saúde e teve de abandonar a medida. Neste momento, está em curso a tentativa de arranjar um substituto para este trabalhador, bem como, em conjunto com a Câmara Municipal, que o senhor Vitor Camilo seja colocado na Junta de Freguesia, através do Município ao abrigo da medida CEI+. -----

O membro Rafael Feliciano disse que sobre este tema não era necessário dizer muito mais depois da explicação que foi dada. Referiu que foi com grande tristeza que ouviu as palavras que foram ditas e deu os parabéns ao executivo da Junta pelo trabalho erguido que teve em dois mil e vinte e quatro e parabenizar todos os voluntários que deram o “corpo às balas” pela Junta de Freguesia de Sapataria. -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'P B' and 'P B'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O membro André Lourenço e aproveitando o mote do senhor Presidente da Assembleia, que disse há pouco que o contrato Interadministrativo falava em plural de funcionários, questionou se o mesmo não referia nomes. Também não referia a existência de dois ou mais trabalhadores que estivessem ao serviço da Junta de Freguesia, pois se se fizer um cálculo de vencimento de dois funcionários ao longo do ano inteiro, em números redondos, está a se falar de cerca de trinta e dois mil euros. Pode depreender-se que de certa forma aquilo que se passou foi que os voluntários permitiram que a Junta de Freguesia, este executivo amenizasse a falta dos trabalhadores que não tinham identificação de nome, por isso, e na sua opinião, não tinha de ser especificamente este ou aquele trabalhador, ao contrario do que foi nos dado a entender ao longo do tempo, pois nas Assembleias de Freguesia, deixavam transparecer a existência da definição de uma certa pessoa, e quando essa pessoa não estava disponível não existia mais ninguém para proceder à sua substituição. Continuou dizendo que, no princípio o Contrato esteve a ser cumprido. Existiram alguns problemas entre os trabalhadores colocados nesta Junta de Freguesia e não foram substituídos, pois era aquela pessoa em concreto, algo que não está explícito no contrato Interadministrativo. Parece-lhe que forçar a Junta de Freguesia a fazer despesas extra e fazer contratação de pessoal extra para cumprir o Contrato Interadministrativo merecia por parte do executivo a avaliação de legalmente pedir, a quem não cumpre o Contrato, algum valor compensatório. Também disse que não sabe até que ponto não justificaria ser pedido um parecer jurídico sobre o não cumprimento desse Contrato, pois está-se a falar de valores que são facilmente apuráveis, entre aquilo que é acordado e não cumprido. -----

O tesoureiro da Junta disse que o Contrato, efetivamente, não prevê uma cláusula monetária, e é omissivo quanto a eventual ressarcimento em caso de incumprimento. -----

O senhor Presidente da Assembleia interveio, alertando para o facto de este ponto dizer respeito à apreciação e votação do mapa de pessoal para dois mil e vinte e cinco, e acha ser legítimo o debate em torno do Contrato mas tal não se afigura relevante para a votação deste ponto da ordem de trabalho, havendo o risco de se misturar assuntos, sendo certo que este assunto tem cabal enquadramento nos "outros assuntos de interesse", salvaguardando, porém, a total liberdade e tempo na palavra dado aos membros da Assembleia de Freguesia. -----

O tesoureiro da Junta pediu o uso da palavra para clarificar e esclarecer eventuais mal-entendidos. Em primeiro lugar, e em relação aos voluntários da Junta de Freguesia de Sapataria, que para além do que contribuíram em termos de obra, não receberam um cêntimo pelo trabalho realizado. Salientou que é verdade que a Junta de Freguesia, por vezes, paga o almoço, achando que será o justo pelo trabalho de semana e ao fim de semana, pois estão a prescindir de tempo para estar com a família e apesar de existirem trabalhos mais leves, existem outros que exigem grande esforço físico, onde deu o exemplo da colocação das lajetas no recinto da Junta de Freguesia, sendo que cada peça pesa em média trinta quilos e foram colocadas à mão. Disse ser verdade que foi adquirido um *porta lajetas* mas é indispensável a força de mãos e braços para mexer nas lajetas e encaixá-las, e por aí adiante. Outra situação que queria deixar clarificada diz respeito às afirmações de que o trabalho na Junta de Freguesia não se aguenta. Esclareceu que o último trabalhador da Câmara Municipal que esteve colocado na Junta de Freguesia durante uma semana e meia, disse, na primeira pessoa na Câmara Municipal, em frente a responsáveis do Município, que não tinha razões de queixa de ninguém, e que não era pelas pessoas da Junta de Freguesia de Sapataria que deixava de vir, tendo sido muito bem tratado, mas antes por problemas pessoais perfeitamente compreensíveis. -----

O membro José Pina interveio dizendo que uma das coisas que fez com que o MOVE-TE surgisse como movimento independente aqui na Freguesia, e segundo o que entendeu, foi precisamente a questão do voluntariado. Portanto, esta era uma bandeira trazida pelo MOVE-TE, em que pretendia juntar



Handwritten initials in blue ink, possibly 'RFB' and 'S'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

as pessoas da Freguesia no trabalho em prol da Freguesia. No entanto, ao ouvir o discurso nesta Assembleia ficou um pouco na dúvida se este voluntariado é uma bênção ou se é uma penitência, ou um bocadinho dos dois. Disse ter noção que o trabalho voluntário desejado não seria este, informou ainda que na legislatura passada já tinha sido efetuado algum trabalho voluntário. Portanto, existia um historial em que é perceptível que todos pretendemos que as coisas corram como se fosse um mundo perfeito. Mas, quando o mundo não está perfeito, aí é que é necessário a ajuda dos voluntários. -----

A senhora Presidente da Junta disse que em termos de trabalho propriamente dito não se pode colocar um voluntário a cortar ervas. Disse que, apesar de existir um seguro para os voluntários, esse tipo de serviço seria complicado. O trabalho voluntário seria para pinturas, arranjos, entre outros, como a colocação das lajetas no recinto da junta, na sua opinião, foi um trabalho muitíssimo árduo e com uma exigência física gigante. Contudo, é esse tipo de trabalho que os voluntários gostam de fazer e não andar a recolher e cortar ervas, pois esse trabalho deveria de ser feito por funcionários que a Junta de Freguesia deveria ter, pois desse modo tudo corria perfeitamente. -----

O membro Rafael Feliciano e respeitando a intervenção do membro José Pina, disse que todos temos direito à nossa opinião e ainda bem que assim é. Mas acha que não deveria de se estar a julgar o motivo do voluntariado, ou seja, as motivações que estão por detrás da ajuda dada. Na sua opinião, acha que o real cerne da questão é o Contrato Interadministrativo não estar a ser cumprido. Independentemente da vontade do voluntariado, se não fosse isso, não havia nada. Disse não ter dúvidas que quem esteve anteriormente existiu também voluntariado. Atualmente, é ele eleito e foi sobre isto que quis deixar frisado para terminar a sua intervenção. Disse ter sido uma tristeza o que se verificou em dois mil e vinte e quatro na Junta de Freguesia de Sapataria e que ninguém tenha a menor dúvida disso. Se o que está acordado é x, e a partir do momento em que x não é cumprido, acha que devem ser os eleitos a se fazer ouvir e dizer a realidade da situação. Terminou dizendo que acha ser importante todos termos direito à palavra e não se estar a fazer juízos de valor sobre qual o motivo do voluntariado daquela pessoa. -----

O senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o mapa de pessoal para dois mil e vinte e cinco, sendo o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção do membro Rafael Feliciano. -----

Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – alínea d) do número um, do artigo sexto, da lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo décimo segundo, do decreto-lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação dada pelo decreto-lei número noventa e nove barra dois mil e quinze, de dois de junho; -----

O tesoureiro da Junta mostrou-se disponível para esclarecer qualquer questão apresentada. -----

O senhor Presidente da Assembleia pediu para que ficasse em ata o seguinte: disse que lhe parece que no Poder Local, a agilização de múltiplos processos é algo sempre benéfico. Desse ponto de vista, a implementação do software que foi adquirido no início do mandato permitiu otimizar o tempo útil das funcionárias, ou seja, tempo para atendimento personalizado, com tempo para as pessoas; para efetuar outras tarefas e isto é, na sua opinião, um legado muito positivo deste executivo, porque lhe parece que esse software permitiu uma otimização de tempos que no passado jamais teria acontecido quer a nível da agilização de processos quer ao nível de assinaturas à distância. É um bom sinal o Poder Local a servir as populações com maior celeridade e proximidade. -----

O membro André Lourenço pediu o uso da palavra dizendo que tinha um comentário no âmbito dos documentos apresentados, pois se se analisar os apresentados em anos anteriores, a única variação existente é uma despesa que está a ser feita por causa do não cumprimento do Contrato Interadministrativo. -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'R' and 'S', located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O membro Hugo Faustino disse que mesmo que existissem esses funcionários depois não existiria as condições para a aplicação de produtos fitofármacos. -----

A senhora Presidente da Junta informou que uma aplicação na área da freguesia demora, em média cinco dias e tem um custo de cerca de quinhentos euros por dia, onde estão incluídos os produtos necessários para o serviço. O tesoureiro da Junta acrescentou que seis dias são três mil euros, acrescido de IVA à taxa de seis por cento, totalizando uma despesa a rondar os três mil e duzentos euros. -----

O membro André Lourenço salientou que o que antes existia de uma despesa específica relativa à aquisição de produtos fitofármacos, agora a Junta de Freguesia não a tem porque já vem incluída no serviço. -----

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se existiam mais questões. Como nenhum membro se manifestou, colocou a votação a autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais – alínea d) do número um, do artigo sexto, da lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo décimo segundo, do decreto-lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação dada pelo decreto-lei número noventa e nove barra dois mil e quinze, de dois de junho, sendo a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do membro Hugo Faustino. -----

Apreciação e informação da senhora Presidente da Junta, acerca da atividade e situação financeira da Freguesia -----

O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao tesoureiro da Junta, que se mostrou disponível para esclarecer qualquer dúvida relativa ao mapa da situação financeira da Freguesia. Como ninguém apresentou dúvidas, o senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à senhora Presidente da Junta, que iniciou a apresentação dos trabalhos realizados desde a última sessão, realizada a dezoito de setembro até à presente sessão, com informação de intervenções em diversos caminhos rurais com desmatação, melhoramentos em valetas para escoamento de águas e disponibilização de tout-venant para arranjos do piso, nomeadamente, Caminho do Moinho Charela (Godéis), Caminho Fonte da Costa (Bouco), Rua do Moleiro (Sapataria) e Rua da Pinheira (Casal dos Limões). Deu-se continuidade à repavimentação do exterior do edifício sede da Junta de Freguesia, com a colocação de lajetas, além da pintura dos beirados do edifício para colocação de caleiras. Procedeu-se à contratação da empresa Pedro Malhão, Lda para aplicação de morda química em algumas localidades da Freguesia. Deu-se continuidade ao corte de ervas, limpeza e desentupimento de sarjetas e sumidouros, bem como limpeza dos Parques Infantis de Bouco, Godéis e Pero Negro. Relembrou aos presentes que, na primeira segunda-feira de cada mês, a Junta de Freguesia, efetuou a recolha de verdes, sendo este um serviço gratuito. Informou que, no passado dia nove de novembro, em colaboração com o Clube de Caça, Pesca e Natureza de Sapataria e com a Comunidade Vida e Paz, a autarquia realizou uma jornada de limpeza e sensibilização ambiental na área da Freguesia. No que diz respeito ao Cemitério Paroquial, levou-se a cabo a manutenção, limpeza e melhoramentos do espaço, incluindo o corte de árvores junto aos portões de entrada, em parceria com a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e com a Fábrica Paroquial da Igreja de Sapataria, bem como a colocação de coroas de flores nos portões de entrada do espaço, por altura do Dia de Todos os Santos e Finados. Em relação à aquisição de equipamentos, disse que foram adquiridos: um kit de primeiros socorros, três telas para publicidade da Junta de Freguesia, equipamento de proteção para os colaboradores, bem como a compra de pás, forquilhas, carro de mão, pinça para manuseamento de lajetas e acessórios para as roçadoras. Informou que, no passado dia dois de novembro, foi realizada mais uma caminhada na área da Freguesia, onde as inscrições foram gratuitas, sendo solicitado aos participantes a entrega de um bem não perecível para ser doado à Comunidade Vida e Paz. Aos participantes foi oferecido um voucher, que poderia ser usado durante o Festival Gastronómico, nos



4
D
8

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

estabelecimentos aderentes, onde tiveram a oferta de café e sobremesa. Este Festival Gastronómico, intitulado “Sabores de Outono”, realizou-se entre um e dez de novembro, que contou com a colaboração de alguns cafés e restaurantes da Freguesia. A senhora Presidente da Junta continuou a apresentação referindo que no âmbito da saúde, foi dada continuidade nos rastreios à população, que foram realizados nas localidades de Silveira, Serreira e São Martinho, tendo sido obtido o apoio das respetivas coletividades com a disponibilização das salas para a realização desta atividade. No passado dia doze de outubro, a Junta de Freguesia realizou mais um Passeio Sénior, onde o itinerário contou com a visita às Salinas de Rio Maior, ao lagar de azeite Fonte da Bica, onde além da visita guiada ao espaço, ocorreu uma degustação de produtos feitos à base de azeite, bem como oferta aos participantes de uma lata de azeite com duzentos mililitros. O almoço foi em restaurante local, encontrando-se incluído visita guiada ao Recanto da Eugénia Lima, onde foi contada parte da vida da artista e se encontrava exposto um espólio considerável da mesma. No âmbito do Orçamento Participativo, foi realizada a votação por parte da população no projeto que mais lhe interessava, tendo sido feita a contagem dos votos, bem como a divulgação do projeto vencedor, sendo o projeto ganhador “Recuperação do Muro da Capela das Moitelas”. Com a chegada da época natalícia, procedeu-se à montagem e iluminação do Presépio de rua e da Árvore de Natal. A senhora Presidente da Junta terminou dizendo que, no âmbito do associativismo, apoiou-se os Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço na realização do Festival das Sopas, a Comunidade Vida e Paz na realização da comemoração do vigésimo sétimo aniversário da Quinta do Espírito Santo, bem como a diversas coletividades. De seguida, em nome do executivo e das funcionárias da Junta de Freguesia de Sapataria, desejou a todos os presentes nesta Assembleia de Freguesia umas Boas Festas. -----

Como não foram colocadas dúvidas, o senhor Presidente da Assembleia passou de seguida ao último ponto da ordem de trabalhos. -----

Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

O membro André Lourenço queria congratular o fato de ter sido aprovada uma moção de celebração dos cem anos do Mário Soares. Salientou a importância de Mário Soares, entre outras figuras da política portuguesa, que conseguiram colocar um equilíbrio no nosso país, para que atualmente, conseguirmos ter opiniões diferentes e até orientações políticas diferentes na gestão dos órgãos autárquicos. Continuou falando na hipótese de ser atribuído o nome de Mário Soares a ruas futuras da Freguesia, pois na sua opinião fazia todo o sentido essa homenagem. -----

O senhor Presidente da Assembleia disse ao membro que esse pedido podia seguir em duas vias. Uma via seria a elaboração de uma proposta para ser apresentada na próxima sessão da Assembleia de Freguesia. A outra via seria a elaboração na presente Assembleia de uma proposta, desde que haja concordância por parte dos membros presentes. -----

O membro José Pina disse que a possibilidade de apresentação de uma proposta de toponímia, não foi pensada, seja como for, Mário Soares, é uma figura incontornável do país, assim como tantos outros que construíram a nossa democracia e na sua opinião, para colocar um nome, julga que os outros também teriam de ficar referenciados. Acrescenta que este assunto não foi discutido, tendo sido apanhado de surpresa, não tendo opinião fixa. -----

O membro Luis Santos lembrou que ainda há pouco tempo este tipo de assunto foi falado numa versão muito semelhante e foi dada a solução para isso. -----

O senhor Presidente da Assembleia explicou que numa das sessões anteriores tinha sido proposto um nome para toponímia na Freguesia e que ele mesmo se disponibilizou para enviar email para a Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, no sentido de perceber se esse nome estava previsto ou não, e ficou pendente esse pedido junto da Câmara Municipal para o futuro. No seguimento do já acontecido



Handwritten initials in blue ink, possibly 'DZ' and 'P'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

anteriormente, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de atribuição do nome de Mário Soares numa próxima toponímica na Freguesia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

A membro Lília Avelar perguntou se existia alguma novidade sobre os passeios na Avenida Nossa Senhora da Purificação, bem como qual a última vez que existiu algum feedback por parte das Infraestruturas de Portugal. Também questionou sobre a situação da estrada de São Martinho. O tesoureiro da Junta respondeu que no que diz respeito aos passeios na Avenida Nossa Senhora da Purificação não existe qualquer novidade. Respondendo à membro Lília Avelar, a senhora Presidente da Junta informou que as reclamações são feitas em plataformas diferentes. Relativamente à estrada de São Martinho, as reclamações são enviadas para pessoas específicas através de email, tendo inclusivamente a Junta de Freguesia deixado de obter qualquer resposta, tendo sido este assunto encaminhado para a Câmara Municipal devido à via ser estrada municipal, e as restantes situações são reportadas no link do apoio ao cliente existente no site das Infraestruturas. -----

A membro Lília Avelar falou sobre a pavimentação das ruas, apesar de saber que não é uma competência da Junta de Freguesia, mas referiu que a estrada que liga o Casal dos Limões à Guia encontra-se muito estragada e pediu para que a informação fosse transmitida ao Município. O tesoureiro da Junta disse que já foram enviadas fotos e emails ao Município a dar conhecimento da situação e pedindo a intervenção dos serviços municipais na sua resolução. A senhora Presidente da Junta acrescentou que, todas as situações que são transmitidas à Junta de Freguesia e que não são da competência deste órgão, são reportadas à Câmara Municipal. -----

O membro André Lourenço, e no seguimento do falado anteriormente, gostaria de colocar uma sugestão ao executivo, para que fosse feito um pedido de parecer pelo não cumprimento do contrato Interadministrativo por parte do Município. Na sua opinião, não é aceitável que quer seja um movimento independente, quer seja um partido que esteja a gerir uma Junta de Freguesia se veja forçado a ter de fazer o trabalho manual que é necessário à conta da disponibilidade de voluntários, pois o objetivo deste trabalho, é complementar o trabalho realizado no dia-a-dia, não estar permanentemente a “tapar” as necessidades de serviços mínimos, que seriam assegurados nesse Contrato Interadministrativo através da colocação de trabalhadores. Justificando o porquê de um parecer, disse que mesmo que não existam valores definidos existe um valor base de vencimento, correspondente ao ordenado mínimo nacional. Portanto, existe forma de chegar a um valor apurável daquilo que é a falta de cumprimento desse Contrato. Continuou dizendo que esta é uma questão jurídica e não uma questão política, pois esta Assembleia é um órgão deliberativo, político e representativo, não cabendo a tomada de qualquer decisão. No entanto, julga fazer todo o sentido existir uma procura por parte do executivo em obter um parecer jurídico sobre esta questão, pois está a falar-se de muito dinheiro e de despesas que foram acrescentadas ao orçamento. Adicionou que, aqui não está em causa quem ganhou ou deixou de ganhar as eleições, porque segundo o falado em anteriores sessões deste órgão, também no anterior executivo existiram dificuldades podendo ser depreendido que existiu uma continuidade da situação, e no atual mandato, existem motivos mais do que suficientes para pedir este parecer. -----

O membro José Pina disse que por vezes não é o conteúdo é a forma e perguntou ao executivo se alguma vez existiu algum incumprimento que não fosse justificado ou que não houvesse uma justificação porque é que não vinha alguém. Disse que, do que já foi falado anteriormente um dos trabalhadores encontrou-se de atestado. -----

Respondendo às questões do membro José Pina, o tesoureiro da Junta esclareceu que dos trabalhadores envolvidos nunca existiu qualquer justificação. Também referiu que o trabalhador que estava de atestado, esteve desde dezembro de dois mil e vinte e três, até à passagem para a reforma em setembro de dois mil e vinte e quatro. -----



[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O membro José Pina disse que esse período de baixa desse trabalhador corresponde ao período que foi dito que não existiu qualquer trabalhador. Na sua opinião, parece existir um discurso que quer transparecer uma má vontade, quando essa má vontade não existe. Disse que esta não seria uma questão contra a Freguesia de Sapataria ou contra o Movimento MOVE-TE, mas são as circunstâncias que são e, na sua opinião, foram justificadas. Disse ser isso que não queria que transparecesse para as pessoas aqui presentes, que exista má vontade para com a Junta de Freguesia de Sapataria. -----

O tesoureiro da Junta esclareceu, deixando bem claro, que nas sessões da Assembleia Municipal, onde estão presentes as restantes Juntas de Freguesia do Concelho, a Junta de Freguesia de Sapataria é a única a queixar-se, levando-o a supor que com as restantes não existe qualquer incumprimento. -----

A membro Lilia Avelar questionou sobre qual a justificação dada para o facto de os trabalhadores irem embora e não serem substituídos. O tesoureiro da Junta respondeu dizendo que a justificação apresentada é que estão a tentar substituir, mas ainda não houve solução. -----

O membro André Lourenço disse que no contrato não vem referido que exista impedimento à substituição, mas sim só se refere a trabalhadores, não estando definidos nomes o que pressupõe a substituição desses funcionários, porque a numeração de par é que tem de estar ao serviço. O tesoureiro da Junta confirmou que no Contrato não vem mencionado a não substituição dos trabalhadores, mas sim a disponibilização de trabalhadores do quadro da Câmara Municipal para serviço da Junta. Acrescentou que, quanto à questão do parecer foi tomada nota. -----

O membro Luis Santos e para clarificar o assunto falado anteriormente, disse que nas Assembleias de Freguesia onde era apresentado os mapas de pessoal, o mesmo não estava completo. O tesoureiro da Junta disse que, pelo mapa de pessoal não estar completo, não queria dizer que a Câmara estivesse a cumprir. Referiu que, nas sessões do anterior mandato, onde esteve presente, nunca foi colocada a questão do cumprimento ou não da Câmara. Acrescentou que por vezes o quadro da Junta de Freguesia tem de ser ajustado, sendo que o quadro da Junta de Freguesia não tem nada a ver com a questão de existirem ou não trabalhadores da Câmara. Salientou que não negou que tivesse ocorrido falhas com o anterior executivo, no cumprimento desta matéria. -----

O membro Luís Santos disse que esta questão era clarificada na apresentação do mapa, onde era explicado quais os trabalhadores que estavam no quadro, bem como os restantes. Disse que, no anterior mandato ao qual pertenceu, durante muito tempo era referido a colocação de uma funcionária só para a limpeza urbana, por parte do Município, e até essa situação ficar resolvida, existia uma compensação. ---

O tesoureiro da Junta disse que o que lhes foi explicado, por parte da Câmara Municipal, por essa questão da compensação não ter transitado, foi que existia uma questão legal que não o permitia. -----

A senhora Presidente da Junta disse que atualmente também não é fácil arranjar trabalhadores, que queiram realizar este tipo de trabalho, pois o valor que ganham não é muito apelativo, tanto que os concursos das câmaras abrem e não aparecem muitos candidatos. Informou que a Junta de Freguesia irá abrir um concurso e logo se verão os interessados. -----

O membro Rafael Feliciano usou da palavra dizendo que julga que o cerne da questão, e pegando nas palavras do anterior executivo de que na altura já existiam dificuldades, é a conclusão de que aquando da redação do Contrato Interadministrativo esta questão da compensação monetária deveria ter sido considerada (e não foi). -----

O membro José Pina disse que essa falta de trabalhadores municipais era colmatada com a verba transferida ao abrigo da delegação de competências. Deste modo, o atual executivo com o trabalho voluntário consegue fazer poupança e o anterior executivo não o fazia porque gastava essa verba, precisamente no que está a ser dito, no corte de ervas, nas limpezas, etc. Disse que este é um problema geral e que está relacionado com a contratação de pessoas e com o valor que se paga. -----



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

O membro Luís Santos esclareceu que a questão da compensação foi no seguimento de uma situação que ocorria na localidade Pêro Negro, pois essa era a única localidade que tinha uma varredoura, que era funcionária da Câmara Municipal. Quando a senhora foi reformada, Pero Negro deixou de ter varredoura, e foi notada a necessidade de continuidade desse serviço. Então, foi proposto pelo executivo ao Município de Sobral de Monte Agraço que se criasse um lugar de varredoura, só única e exclusivamente para a limpeza urbana de Pêro Negro e Sapataria, e eventualmente com possível deslocação a outras localidades em casos excepcionais. Terminou dizendo que até à reativação desse serviço existiu uma compensação, mas a partir do momento em que foi colocada uma funcionária por parte da Câmara Municipal essa compensação cessou. -----

O senhor Presidente da Assembleia questionou o membro Luís Santos se essa compensação estava escrita, prevista ou pré-determinada em algum documento. O membro respondeu que existia um documento onde se encontrava inscrita essa compensação, não se lembrando dos moldes exatos, mas reforçou que essa compensação correspondia à colocação ou não de varredoura por parte do Município e não com a colocação dos trabalhadores para a rua. -----

O membro André Lourenço, na presença do contrato de delegação de competências do anterior mandato, leu o seguinte: -----

“Contrato de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Sapataria dois mil e dezassete, dois mil e vinte e um. No artigo quarto – afetação de recursos humanos. Primeiro - para concretização das competências por este instrumento delegadas na Freguesia, o Município deverá afetar os recursos humanos necessários à sua efetivação, designadamente dois assistentes operacionais. Segundo - exclui-se do disposto no número anterior a afetação dos recursos humanos necessários para a efetivação das competências melhor descritas nas alíneas k) e l) da Cláusula Primeira, devendo o Município transferir os meios financeiros de acordo com o previsto nos números seguintes. Três – Não sendo possível a afetação da totalidade dos meios humanos necessários, deverá o Município transferir os meios financeiros que permitam a contratação dos trabalhadores em número adequado à prossecução das competências delegadas, obedecendo a transferência à seguinte fórmula de cálculo”.

Após ler o documento referiu que existia fórmula de cálculo. De modo a clarificar a situação, no contrato anterior estava definido um valor exato para transferir na incapacidade de o município colocar esses dois funcionários. -----

O membro José Pina disse que devia de se estar a falar de coisas diferentes. Existiu um funcionário que foi sugerido ser colocado na Junta de Freguesia e não foi aceite devido a incompatibilidade e o outro funcionário estava de baixa, o que perfaz dois funcionários. Se é aceite ou não é aceite, isso seria outra questão. No entanto, foram disponibilizados pelo Município. -----

Em resposta ao membro José Pina, o membro André Lourenço referiu que no contrato de delegação de competências não vem mencionado incompatibilidade de funcionários, vem sim a atribuição de funcionários. Disse que um contrato pressupõe o cumprimento das duas partes às cláusulas que estão no documento. No entanto, estamos a clarificar a situação de no contrato anterior ser mencionado a compensação ou não, pelo não cumprimento do mesmo. Conforme dito anteriormente, o contrato anterior, refere claramente o valor a pagar caso não se cumpra. -----

O membro Luís Santos disse que não tinha dito que não existia compensação, mas sim que essa compensação era recebida enquanto não existisse a colocação de uma varredoura. Acrescentou que, assim que essa colocação foi efetivada essa compensação cessou. -----

O membro André Lourenço referiu que as interpretações ao documento podem ser muitas. Eventualmente, o que está escrito é que não existe essa norma compensatória, facto que leva à atribuição



Handwritten initials in blue ink, possibly 'D B' and 'A'.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

dos funcionários que se entende e incumprimento do Contrato Interadministrativo, e a entidade que estiver no “fim da linha” que é a Junta de Freguesia, que se amane e que faça as coisas que tiver de fazer.

O senhor Presidente da Assembleia iniciou a sua intervenção dizendo que tinha à sua frente o atual Contrato Interadministrativo e desconhecia que no anterior existia essa cláusula de compensação. Disse ser muito sensível ao facto de, aquando da abertura de determinado procedimento para colocação de trabalhadores, todo o processo ser moroso e por vezes aflitivo, porém, enquanto eleito disse lhe ter custado atestar que durante onze meses não foi colocado qualquer trabalhador por parte do Município e não houve proatividade do Município para se ter encontrado um ponto intermédio de compromisso, por exemplo, com a deslocação provisória de trabalhadores. Mais recentemente foi precisamente isso que aconteceu com o envio de trabalhadores do Município para Pero Negro, logo, não se percebe o porquê de não ter havido a antecipação deste envio para melhor servir as populações, em algo tão essencial como a limpeza. Acrescentou que no futuro se possa efetivamente regularizar esta situação, que é provisória. Em relação ao referido pelo membro José Pina sobre a gestão do MOVE-TE, tendo citado, “sem alterações ou mudanças de rumo”, disse discordar em absoluto dessa análise, na exata medida em que o MOVE-TE durante o presente mandato terá trinta e quatro mil euros alocados para o Orçamento Participativo para a implantação de projetos desejados pela população. Continuou dizendo que tinha de fazer um elogio e que gostava que constasse em ata: o tesoureiro da Junta apresenta uma capacidade de explicar aquilo que é a situação financeira da Junta e os assuntos relacionados com contabilidade e finanças de uma forma que todos conseguem perceber e tal é capacidade e mérito seu que registo. De seguida cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, Luís Soares, que se encontrava presente, e pediu que endereçasse em nome da Assembleia de Freguesia de Sapataria, as rápidas melhoras ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço. De seguida, falou das oportunidades que poderão resultar dos programas de investimento existentes, quer a nível nacional como internacional, nomeadamente, Fundos de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social (FS). Disse ser muito importante a capacidade de os municípios conseguirem assimilar financiamento que vem da Europa para os seus territórios e se for preciso, investir com audácia e até algum risco em investimento com recursos humanos em equipas que delineiem candidaturas, submetendo-as para se conseguir ter infraestruturas, que de outra forma não será possível. Outra questão que falou foi de as freguesias virem a ser elegíveis para o grande Quadro-Programa “Portugal vinte/trinta”. Disse que o Município, no âmbito da habitação tem uma verba de quase vinte mil euros de financiamento, sendo de fato muito pouco. Disse ser preciso haver ambição, fazer apostas em equipas, gastando dinheiro também nessa dimensão, de forma que se consiga ver a longo prazo investimentos numa determinada infraestrutura ou outra obra. Deu o exemplo da creche que está em fase de construção em Sapataria, com o fato da Associação Popular ter conseguido financiamento através do programa PARES do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Continuou a intervenção dizendo que é muito importante a questão dos funcionários, mas julga que tanto a Freguesia, como o Município devem pensar mais além em como é que se projeta a Freguesia e o Município a médio prazo, nomeadamente até dois mil e quarenta. Disse não ver infelizmente esse rumo, mas reiterou que querer ser parte da solução e desse ponto de vista, julga ser muito importante o Município e as Freguesias trabalharem desde já, em conjunto, sobre quais serão as aberturas de candidaturas que são elegíveis quer enquanto Município quer enquanto Freguesias. Terminou dizendo que, espera não ouvir em dois mil e vinte e sete que a Câmara Municipal não se candidatou a qualquer projeto, sendo da opinião que será uma tristeza se não se aproveitar esta oportunidade porque decerto que outros municípios irão aproveitar e gostava de deixar este tópico à reflexão de todos pela positiva. -----

De seguida agradeceu a presença do público presente e passou a palavra a quem desejasse intervir.



R R
S

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

Abertura ao público: -----

Estava presente o senhor Luís Soares, freguês da Freguesia de Sapataria e vice-presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, onde agradeceu as palavras do senhor Presidente da Assembleia, onde desejou as melhoras do senhor Presidente da Câmara Municipal e informou que o mesmo se encontra a recuperar bem. Saudou o executivo da Junta de Freguesia, bem como todos os voluntários. Continuou falando das dificuldades enfrentadas pelo Município, tendo na gestão de funcionários resultante da ausência de trabalhadores pelos mais diversos motivos, como nos concursos de admissão, que por vezes, estes procedimentos são iniciados com um número significativo de candidatos e, por vezes, terminam sem qualquer candidato admitido. Também referiu que, por vezes os candidatos que são admitidos, estavam a prestar serviço em outro local, e legalmente, têm prazos a cumprir para se desvincularem do antigo trabalho, sendo que, de momento, o Município está a aceitar essa situação, pois na sua opinião, quando existe uma pessoa disponível, tem de se aproveitar e não desperdiçar essa oportunidade. Continuou a intervenção, dizendo que, apesar de estar presente enquanto freguês, não se pode desligar das funções exercidas no Município. Referiu que, todas as Juntas de Freguesia do concelho são tratadas com equidade, indo até ao limite do que é possível ajudar. Disse que, existe entre a senhora Presidente da Junta e ele próprio, um entendimento fluído e eficaz, de modo a se conseguir resolver o que for possível. No entanto, referiu que, como se está a falar em pessoas operacionais, quando surgem obstáculos, tenta-se ultrapassá-los com a criação de melhores condições para que, de algum modo, se consiga operacionalizar a sua integração na Junta de Freguesia, mas que muitas vezes tal não é possível. Também referiu que, situações em que um funcionário se encontre de atestado médico, é uma situação difícil de se ultrapassar. Continuou dizendo que, na sua opinião existe uma desconsideração pelos operacionais, onde nesta carreira só existe a categoria de assistente operacional, onde motoristas, maquinistas ou cantoneiros de limpeza são todos considerados dentro dessa categoria. Disse reconhecer e valorizar o trabalho voluntário, mas que este tipo de trabalho tem uma dimensão que não deve substituir postos de trabalho, sendo este um aspeto fulcral. De seguida, informou que o Município tem uma candidatura através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que se encontra aprovada, faltando o desbloqueio do processo, para que seja colocada uma pessoa para trabalhar na Junta de Freguesia de Sapataria. Por essa via, também, o Município colabora com a Freguesia, estando em total sintonia com a população, neste caso com a senhora Presidente da Junta, pois o principal objetivo será conseguir restabelecer a capacidade operacional da Freguesia de Sapataria. Referiu que o Município trata as Freguesias todas por igual e quando a Freguesia de Sapataria ou uma das outras nos pede ajuda para colaborar, por exemplo na montagem de um palco, ou em um trabalho específico, existem equipas prontas para atender aos pedidos e desse modo, não se podem desfazer. Disse que não iria fazer comentários sobre o que foi falado nesta sessão, mas queria salientar, que estão previstas uma série de situações que a breve trecho poderão ajudar a ultrapassar parte das dificuldades, para colmatar aquilo que são as necessidades da Freguesia nas várias dimensões das suas competências. Também falou que o Contrato Interadministrativo não é só a questão dos trabalhadores, mas um conjunto de tópicos (manutenção de escolas, espaços envolventes, etc.) em que o Município integra nas suas atividades porque percebe que a Junta de Freguesia também não tem capacidade operacional para resolver. Portanto, disse existir um equilíbrio e uma capacidade de aceitar que o Contrato Interadministrativo não seja integralmente cumprido nas várias dimensões que estão no seu objeto, e julga ser com base nesse entendimento que pensa que tem de se pautar a postura e relacionamento interinstitucional. -----

O membro Rafael Feliciano dirigiu-se ao senhor vice-presidente, Luís Soares, e sobre a sua intervenção disse que foi usada a seguinte expressão “o entendimento que existe para o não cumprimento do Contrato Interadministrativo” e que, caso fosse possível, pedia o seu esclarecimento. --



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

Em resposta ao membro Rafael Feliciano, o vice-presidente, Luís Soares, disse que existia uma compreensão pelo não cumprimento do Contrato Interadministrativo nas várias dimensões. Voltou a referir que existe para com todas as Juntas de Freguesia do Concelho um tratamento de igualdade, e salientou que não existem duas situações iguais. -----

O membro Rafael Feliciano, do que pode depreender da explicação do Vice-Presidente, Luís Soares, existe esse tal entendimento de incumprimento com todas as Juntas de Freguesia, independentemente que não seja no quadro de pessoal, mas que poderá ser em outra vertente. O vice-presidente, Luís Soares disse que muitas vezes a Câmara Municipal, percebe as dificuldades que existem e disse que, ainda não há muito tempo, estiveram viaturas do Município a trabalhar para a Freguesia durante a hora de serviço dos trabalhadores, quando as outras freguesias não solicitam esse serviço ao Município. -----

O membro Rafael Feliciano disse que só pretendia perceber se esse tal entendimento, que existe entre ambas as partes, é o que existe com as outras Freguesias também. Em resposta, o vice-presidente, disse que tinha começado a intervenção a falar do tratamento de equidade e pensa que isso acaba por responder. -----

O tesoureiro da Junta salientou que, em sede de Assembleia Municipal, a única Junta de Freguesia que se queixa relativamente a trabalhadores é a Junta de Freguesia de Sapataria. E questionou o vice-presidente, Luís Soares, se estava correto. O vice-presidente, Luís Soares, confirmou, tendo acrescentado disse que a relação institucional entre a Freguesia e o Município tem locais mais específicos, sendo que a Assembleia Municipal não é propriamente o sítio indicado para se tratar desse assunto. -----

Estava presente o jovem Gustavo Franco, que começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, bem como os restantes eleitos. Disse achar que a reflexão final do senhor Presidente da Assembleia, enriquece muito aquilo que foi a presente sessão e aquilo que é este órgão. Continuou dizendo que, na argumentação que foi utilizada durante esta discussão dos recursos humanos, sentiu a ambiguidade de certas forças políticas, onde de uma forma geral, foi tudo parar ao mesmo. No entanto questionou se é normal que o trabalho que devia ser desempenhado por funcionários, esteja a ser desempenhado por voluntários, ou, se é normal que exista este incumprimento, dizendo que foram duas questões que não foram bem clarificadas por todas as forças políticas aqui presentes. E por último, falou de uma questão presente em quase todas as assembleias que é a comparação entre o presente mandato e o anterior. Disse que se devia tentar ir um pouco mais além e tentar melhorar aquilo em relação ao que estava há uns anos, e não arranjar justificação para tal, pois do seu ponto de vista, não é positivo que se a situação se mantém e é má, que de alguma maneira isto possa ser positivo. -----

A senhora Claudia Lopes perguntou à senhora Presidente da Junta, qual a previsão de recuperação do parque infantil de São Martinho, nomeadamente se existe uma data. Também informou que ainda não tinha rececionado qualquer resposta ao email enviado para a Junta de Freguesia relacionado com a limpeza de sargetas naquela localidade, dizendo que é uma situação que já se arrasta há cerca de dois anos. -----

A senhora Presidente da Junta informou que quanto ao Parque Infantil, de momento se encontra na fase de pedido de orçamentos para, mas que, em princípio, preveem começar com a remodelação no início do ano de Dois Mil e Vinte e Cinco. Em relação à resposta por email, informou que o último email enviado para a Junta de Freguesia sobre a situação das sargetas de São Martinho foi encaminhado para a Câmara Municipal e para as Infraestruturas de Portugal, e disso foi dado conhecimento ao reclamante. Disse que, a Junta de Freguesia não tem capacidade para proceder à limpeza desejada, uma vez que não tem funcionários para o fazer, além de que a estrada indicada para intervenção é uma estrada camarária, sendo a Junta de Freguesia responsável pelos caminhos rurais, pelo que, conforme já tinha sido



1

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SAPATARIA

transmitido a Claudia Lopes em assembleias anteriores, a reclamação deveria ter sido diretamente enviada para o Município. -----

O senhor presidente perguntou se mais alguém desejava intervir. Como ninguém se manifestou, disse que esta era a última assembleia antes do natal, e endereçou um feliz Natal a todos os presentes, bem como um agradecimento à coletividade de Moitelas pela disponibilidade. -----

Encerramento: -----

E não havendo mais assuntos a tratar e sendo vinte e três horas e três horas e cinquenta e nove minutos, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a sessão, da qual e para que se conste, se lavrou a presente ata, que depois de lida, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia de Freguesia, e por mim, Maria de Lurdes Esteves da Costa, assistente técnica da Junta de Freguesia de Sapataria, para os devidos efeitos designada a redigi. -----

Red. Selim

Fernando pro Vice

Solha de Conceição Alexandre Reis

Lurdes